

Estatutos da Companhia Pastoral Mineira

CAPITULO I

DA CONSTITUIÇÃO, SÉDE E DURAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 1.º E' creada uma companhia anonyma sob a denominação de Pastoral Mineira, que se regerá nas suas condições juri-

(*) Vide Aviso de 14 de janeiro de 1890.

dicas pela lei n. 3150 de 4 de novembro e regulamento n. 8821 de 30 de dezembro de 1882.

Art. 2.º A séde da companhia é na cidade do Rio de Janeiro, e o prazo de sua duração é de 50 annos, contados da data da sua installação, o qual poderá ser prorogado por deliberação da assembléa geral dos accionistas, para esse fim expressamente convocada.

Paragrapho unico. Antes da expiração do prazo a companhia não poderá ser dissolvida, sinão nos casos previstos na lei, ou por perdas que importem em mais de metade do capital.

Art. 3.º Dissolvida a companhia, a liquidação se effectuará de accordo com a resolução da assembléa geral dos accionistas e com o direito vigente.

CAPITULO II

DO FUNDO SOCIAL, ACÇÕES E ACCIONISTAS

Art. 4.º O capital da companhia é de 1.000.000\$, dividido em 5.000 acções do valor nominal de 200\$ cada uma.

§ 1.º O capital social poderá ser elevado até 5.000.000\$ logo que, sobre proposta da directoria e nos termos da lei, for isso julgado conveniente aos intuits sociaes pela assembléa geral dos accionistas.

§ 2.º Deliberado o augmento do capital social, fica desde já estabelecida a preferencia á distribuição proporcional das novas acções em favor dos accionistas então inscriptos nos registros da companhia.

§ 3.º Para declarar si aceitam, serão os accionistas convidados por annuncios nos jornaes de maior circulação, dentro de um prazo marcado, importando renuncia ao direito de preferencia a falta da declaração.

Art. 5.º As chamadas de capital serão reguladas nos seguintes termos:

- a) A 1ª prestação será de 10 %/, no acto da subscripção ;
- b) A 2ª prestação será de 10 %/, trinta dias depois da installação ;
- c) As outras prestações não poderão exceder de 15 %/, com intervallos entre as chamadas respectivas nunca menores de 60 dias, e precedencia de annuncios de 20 dias pelo menos.

Art. 6.º O accionista que não realizar a entrada de suas acções dentro dos prazos marcados para as chamadas, poderá fazel-o com a multa de 10 %/ dentro de 30 dias, a contar do encerramento da chamada.

§ 1.º Não realizando as entradas no primeiro prazo nem no supplementar, perderá o accionista em beneficio da companhia o capital que tiver pago, e as suas acções serão declaradas em commisso.

§ 2.º As acções incursas em commisso serão declaradas nullas e substituidas por outras de igual numeração que a

companhia poderá reemittir, levando o seu producto ao fundo de reserva.

§ 3.º Todavia a directoria, attendendo a motivos justificados de força maior, poderá relevar o commisso, admittindo o accionista a effectuar as suas entradas com a multa de 5 % sobre o valor nominal.

§ 4.º Fica salvo á companhia, a todo tempo, o direito de compellir por meios judiciaes o accionista remisso a solver as suas responsabilidades.

Art. 7.º As acções serão nominativas até ao seu integral pagamento, realizado o qual poderá fazer-se a sua conversão em acções ao portador ou em acções transferíveis por endosso, mediante deliberação da assembléa geral dos accionistas.

Art. 8.º Toda caução de acções será averbada no livro de registro.

Paragrapho unico. O accionista que constituir uma caução não fica por isso inhibido de exercer os seus direitos, nem de receber dividendos, excepto no caso de ser estipulada essa privação no contracto respectivo, da qual se dá conhecimento á directoria.

Art. 9.º Os accionistas terão um voto por grupo completo de 10 acções, até ao maximo de 50 votos, que nunca será excedido.

§ 1.º Os accionistas podem fazer-se representar por procuradores bastantes, também accionistas, que não poderão em caso algum ter mais de 50 votos.

§ 2.º Os accionistas menores ou interditos serão representados por seus paes, tutores ou curadores, as mulheres casadas por seus maridos, as heranças indivisas por seus inventariantes, as firmas sociaes por um dos socios ou representantes, e em geral as corporações ou pessoas jurídicas por seus administradores ou prepostos.

Art. 10. A companhia fica por estes estatutos autorizada para emittir obrigações ao portador ou preações (*debentures*) até ao valor do seu capital subscripto.

Art. 11. Os dinheiros da companhia serão recolhidos a um ou mais Bancos acreditados, com os quaes se abrirá conta corrente para o necessario movimento de fundos.

CAPITULO III

DAS OPERAÇÕES DA COMPANHIA

Art. 12. A companhia tem por fim as seguintes operações:

§ 1.º Em geral promover por todos os meios o incremento e auxiliar o desenvolvimento da industria pastoril na provincia de Minas Geraes, a qual especialmente protegerá, ou em outras provincias, em todos os seus diversos ramos e applicações.

§ 2.º Fazer aquisição do privilegio concedido a Antonio Mendes Barreto, para estabelecimento de duas grandes feiras de gado, uma em Bemfica, na estrada de ferro D. Pedro II, e outra em Tres Corações do Rio Verde, na estrada de ferro *Minas and Rio*, com todos os direitos e favores constantes da lei da provincia de Minas Geraes n. 3510 de 5 de outubro de 1887 e nos termos do contracto celebrado pelo concessionario com a Presidencia da mesma provincia em 27 de março de 1888.

§ 3.º Executar o dito contracto, levando a effeito e explorando dentro das prescripções da lei provincial e respectivas instrucções, a concessão mencionada em toda a sua comprehensão, vantagens e resultados, onus e obrigações, e durante o prazo do privilegio, que é de 20 annos contados do dia em que forem inauguradas as feiras (*clausula 1ª § 1º do contracto de 27 de março de 1888*).

§ 4.º Receber gados á commissão mediante a percentagem que for convencionada.

§ 5.º Desapropriar por conta propria, nos termos da lei n. 480 de 19 de junho de 1850, quaesquer terrenos necessarios ao estabelecimento das feiras, e fazer todas as aquisições necessarias de terrenos e fazendas proprias para o invernoamento e engorda de gado por conta propria ou de terceiros.

§ 6.º Estabelecer pastagens nas condições da lei e contracto, cobrando as respectivas taxas (*clausulas 5ª, 6ª e 7ª do contracto*).

§ 7.º Fundar e manter hospedarias commodas, asseidadas e bem providas para os boiadeiros e seus auxiliares, cobrando os gastos ordinarios segundo a tabella approvada pelo Governo provincial (*clausula 4ª do contracto*).

§ 8.º Dividir em lotes os terrenos adquiridos, os quaes serão vendidos si assim convier, para a formação de nucleos coloniaes.

§ 9.º Explorar qualquer industria connexa ou derivada da industria pastoril em qualquer das especies de gado vaccum, cavallar, mular, lanigero ou outro, tendo em vista principalmente a introdução de novas raças ou melhoramento das actuaes, e augmento de producção desse ramo da riqueza da provincia de Minas Geraes em particular.

CAPITULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 13. A companhia será administrada por cinco directores, cujo mandato terá a plenitude e integridade juridica de poderes, e durará seis annos da data de sua eleição, podendo seus membros ser reeleitos.

Paragrapho unico. Os directores serão remunerados com ordenados fixos e com uma percentagem sobre o lucro liquido marcado pela assembléa geral na sua primeira reunião.

Art. 14. Só poderão ser eleitos membros da directoria os accionistas que na data da eleição possuírem 100 ou mais acções.

§ 1.º Nenhum director poderá exercer o cargo sem que possua 100 acções da companhia livres de qualquer onus, as quaes ficarão sujeitas à caução, que só se levantará quando cessar o mandato e forem approvadas competentemente as contas da respectiva gestão.

§ 2.º Considera-se vago o lugar de director, si no prazo de 30 dias a contar da eleição não for effectuada a caução na forma prescripta.

Art. 15. Os directores eleitos escolherão dentre si o presidente, o vice-presidente, o secretario e o thesoureiro.

Art. 16. O gerente da companhia poderá ser um dos proprios directores que para esse cargo for nomeado pelos outros, ou pessoa de confiança, conforme resolver a directoria.

§ 1.º Recahindo a nomeação em um dos directores, prestará elle, além da caução de 100 acções, uma fiança cujo valor será arbitrado, antes de entrar em exercicio, pelos outros directores e conselho fiscal, sendo-lhe tambem arbitrada uma remuneração pela accumulção dos dous cargos.

§ 2.º O gerente, não director, prestará uma fiança cujo valor será arbitrado pela directoria.

§ 3.º O gerente director não poderá tomar parte em deliberações da directoria que tiverem por fim exclusivamente conferir-lhe attribuições ou julgar os seus actos.

Art. 17. Não poderão servir conjuntamente:

1.º Ascendentes e descendentes ou seus affins:

2.º Irmãos e cunhados durante o cunhadio.

Art. 18. O director que por espaço de seis mezes deixar de exercer o cargo, entende-se que o tem resignado, salvo licença concedida pela assembléa geral.

Art. 19. No caso de vagar algum lugar de membro da directoria, os restantes designarão quem o deva preencher até à primeira assembléa geral ordinaria (art. 14).

Art. 20. No caso de simples impedimento de qualquer director, por prazo maior de dous mezes, será elle substituido provisoriamente por um accionista designado pelos outros directores (art. 14).

Art. 21. Os substitutos de directores, quer sejam nomeados pela directoria, quer pela assembléa geral, ficam obrigados à mesma caução, servindo estes sómente pelo tempo que faltar para completar os seis annos.

Art. 22. Não se considerará vago o lugar do director que ausentar-se por motivo de serviço da companhia, para dentro ou fóra do paiz, qualquer que seja o tempo de ausencia.

Art. 23. As deliberações da directoria serão tomadas por maioria de votos dos directores presentes na sede da companhia.

Paragrapho unico. Em caso de empate o presidente, ou quem suas vezes fizer, terá voto de qualidade.

Art. 24. Compete à directoria:

- 1.º Velar pela execução fiel destes estatutos;
 - 2.º Nomear, suspender e demittir livremente o pessoal da companhia, fixando-lhe os vencimentos respectivos;
 - 3.º Resolver acerca do commisso das acções, nos termos do art. 6º;
 - 4.º Celebrar contractos de que provenham direitos e obrigações para a companhia;
 - 5.º Resolver sobre aquisição de propriedades territoriaes ou outras necessarias aos fins da companhia, e bem assim sobre qualquer alienação de bens de raiz;
 - 6.º Emittir preações, observando as condições e formulas estabelecidas pela assemblea geral dos accionistas;
 - 7.º Demandar e ser demandada, e transigir no interesse da companhia;
 - 8.º Organisar annualmente o balanço, as contas e o relatorio, e apresental-os à assemblea geral acompanhados do parecer do conselho fiscal;
 - 9.º Fixar no fim de cada semestre, com audiencia prévia do conselho fiscal, o dividendo a distribuir;
 10. Fixar as chamadas do capital, marcando a porcentagem das entradas, que não estiverem fixadas pelos presentes estatutos, e o prazo para sua realização;
 11. Approvar, precedendo proposta do gerente, o plano de quaesquer obras a executar para os serviços da companhia;
 12. Praticar finalmente todos os actos necessarios à boa direcção dos negocios da companhia.
- Art. 25. Ao presidente da companhia e, na sua ausencia ou impedimento, ao vice-presidente, compete:
- 1.º Convocar a assemblea geral ordinaria dos accionistas na epoca determinada por estes estatutos o, extraordinariamente, quando lhe for requerido por quem de direito ou quando a directoria julgar conveniente;
 - 2.º Presidir as reuniões da directoria;
 - 3.º Assignar com o guarda-livros os balancetes e balanços que houverem de ser publicados;
 - 4.º Ser o órgão da administração e representante da companhia nas suas relações externas;
 - 5.º Autorisar os pagamentos e visar os cheques assignados pelo thesoureiro;
 - 6.º Desempatar as votações nas reuniões da directoria.

Art. 26. Compete ao secretario:

- 1.º Preparar a correspondencia da companhia;
- 2.º Lavrar as actas das reuniões da directoria;
- 3.º Dirigir o escriptorio central da companhia;
- 4.º Abrir, encerrar e rubricar os livros em que forem registrados os actos das assembleas geraes dos accionistas e os das reuniões da directoria e do conselho fiscal.

Art. 27. Ao thesoureiro compete:

- 1.º Ter sob sua guarda os valores e titulos da companhia (art. 11);

2.º Receber os dinheiros e valores pertencentes à companhia e passar os competentes recibos (art. 11) ;

3.º Effectuar os pagamentos autorizados na forma do art. 25 § 5.º

Art. 28. Ao gerente compete :

1.º Propor à directoria a nomeação e destituição do pessoal, que lhe for immediatamente subordinado, podendo, em caso urgente, fazer nomeações interinas e suspender temporariamente qualquer dos seus auxiliares ;

2.º Dirigir e fiscalisar os trabalhos da companhia na feira e suas dependencias, de que for especialmente encarregado, conforme se determinar no regulamento da companhia, superintendendo immediatamente nos diversos serviços a seu cargo ;

3.º Arrecadar toda a renda da mesma feira e suas dependencias, e despendar as pequenas quantias que não possam ser pagas por meio de saque sobre a directoria, apresentando até ao dia 15 de cada mez um balancete do mez anterior e recolhendo à sêde da companhia quinzenalmente o saldo que houver ;

4.º Apresentar à directoria o relatório trimestral succinto e annual minucioso dos serviços a seu cargo.

Art. 29. O presidente e qualquer outro director poderão permanecer nas localidades das feiras, quando isso convenha aos interesses da companhia.

§ 1.º A residencia do gerente é obrigatoria nas proximidades da feira a seu cargo.

§ 2.º A outra feira será governada por um director, ou por um preposto da directoria, pelo modo indicado no art. 28.

CAPITULO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 30. O conselho fiscal compor-se-ha de tres membros eleitos pela assembléa geral na sessão ordinaria annual, os quaes servirão por um anno e poderão ser reeleitos ; suas funcções são gratuitas.

§ 1.º Na mesma sessão serão eleitos tres supplentes para substituirem os membros effectivos do conselho fiscal nos casos de vaga ou impedimento temporario.

§ 2.º As vagas dos fiscaes, depois de esgotada a lista dos supplentes, serão preenchidas na forma da lei, pelo presidente da Junta Commercial, mediante representação da directoria.

Art. 31. Compete ao conselho fiscal :

1.º Apresentar à assembléa geral, por intermedio da directoria, o parecer sobre os negocios e operações do anno social, tomando por base o inventario, o balanço e as contas da administração ;

2.º Examinar, no trimestre anterior à reunião ordinaria da assembléa geral, os livros, verificar o estado da caixa e exigir da directoria todas as informações que julgar necessarias ;

3.º No seu parecer e segundo as prescripções legais, o conselho fiscal deverá emitir juízo não só sobre os negócios e operações do anno, como também sobre quaesquer erros, faltas ou fraudes que descobrir, expondo a situação da companhia e suggerindo as medidas e alvitres que entenda necessários;

4.º Tomar parte nas deliberações da directoria, quando esta lh'o requisitar, assim como interpor parecer sobre os assumptos em que for consultado;

5.º Convocar extraordinariamente, em qualquer tempo, a assembléa geral sempre que occorram motivos graves e urgentes, si por sua requisição escripta a directoria o não fizer no prazo de 30 dias.

CAPITULO VI

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 32. A assembléa geral é a reunião dos accionistas habilitados, em numero legal e regularmente convocada.

Art. 33. Consideram-se habilitados os accionistas possuidores de 10 ou mais acções e como taes inscriptos no registro da companhia, com antecedencia de 90 dias, pelo menos.

Paragrapho unico. Alguns dias antes da reunião da assembléa geral ordinaria ou extraordinaria ficará suspensa a transferencia de acções, o que se fará publico por annuncios nos jornaes.

Art. 34. A assembléa é installada pelo presidente da companhia, procedendo-se logo á eleição do presidente da reunião, que indicará dous accionistas para secretarios.

§ 1.º O presidente pôde ser escolhido por aclamação, sobre proposta verbal de qualquer accionista.

§ 2.º Si o primeiro, segundo e terceiro nomes indicados não forem aceitos, proceder-se-ha á eleição por escrutinio secreto.

Art. 35. É numero legal para constituição da assembléa geral o de accionistas que representem um quarto do capital, nos casos geraes, e dous terços nos especiaes.

Paragrapho unico. São especiaes os casos de :

1.º Transferencia de séde ;

2.º Continuação além do termo ;

3.º Dissolução e fixação do modo da liquidação antes do termo ;

4.º Augmento do capital social ;

5.º Reforma dos estatutos ;

6.º Fusão com outra companhia.

Art. 36. A assembléa geral será convocada :

§ 1.º Pela directoria :

Ordinariamente ;

Extraordinariamente :

a) Quando assim deliberar a directoria ;

b) Quando o requisitar o conselho fiscal ;

c) Quando o requererem sete ou mais accionistas, que representem um quinto do capital.

§ 2.º Pelo conselho fiscal :

Quando requisitada a directoria, a requisição não for attendida dentro de 30 dias.

§ 3.º Pelos peticionarios referidos no § 1º, c) :

Quando o requerimento for indeferido ou quando não tiver tido despacho da directoria dentro de 60 dias.

Art. 37. Devem ser motivadas as convocações extraordinarias da assembléa geral, especialmente quando ellas tiverem logar a requisição do conselho fiscal ou dos accionistas.

Art. 38. Todas as convocações da assembléa geral serão feitas por annuncios publicados nas folhas de maior circulação da séde da companhia e da capital de Minas Geraes, com antecedencia de 30 dias pelo menos, tratando-se de reunião ordinaria, e de 15 dias tratando-se de reunião extraordinaria.

Art. 39. Não comparecendo numero legal de accionistas no dia marcado e tratando-se de reunião ordinaria, convocar-se-ha nova reunião com intervallo maximo de 15 dias, declarando os annuncios que a assembléa deliberará com qualquer numero.

Paragrapho unico. Tratando-se de assembléa extraordinaria, a reunião com qualquer numero só terá logar depois da 1ª e 2ª convocações, com intervallos de 15 dias mediante annuncios e cartas-circulares aos accionistas residentes no municipio da séde da companhia, enquanto as acções forem nominativas.

Art. 40. Si as acções da companhia forem convertidas em acções ao portador ou transferiveis por endosso, só se considerarão habilitados para tomar parte nas discussões e deliberações das assembléas geraes os accionistas que, 10 dias antes da reunião, depositarem as suas acções na caixa da companhia.

Art. 41. Ao accionista que não tenha direito de voto na forma dos presentes estatutos, em razão de possuir menos de 10 acções, é permittido comparecer á reunião das assembléas geraes, podendo somente discutir o objecto sujeito á deliberação e apresentar propostas.

Art. 42. O anno administrativo da companhia terminará em 31 de dezembro, findando o primeiro exercicio em 31 de dezembro de 1889.

Art. 43. A reunião ordinaria da assembléa geral terá logar todos os annos no mez de maio ou junho, mas no mez de março serão publicados pela imprensa da Corte e da capital de Minas Geraes o parecer do conselho fiscal, o balanço e a nota da transferencia das acções durante o anno.

Paragrapho unico. Si a directoria, ao conselho fiscal ou aos accionistas parecer necessario, depois da publicação do balanço, adiatar a reunião da assembléa geral ordinaria, far-se-ha a convocação, conforme o disposto no art. 36, para as convocações extraordinarias.

Art. 44. Reunidos os accionistas no dia, hora e logar annunciados, o director presidente installará a assembléa, e na sua

falta um dos outros directores, e na falta destes o maior accionista dos que estiverem presentes.

Art. 45. O objecto das discussões e votações nas reuniões extraordinarias, será strictamente o que tiver motivado a convocação, sendo nulla qualquer deliberação fóra dessa orbita.

Art. 46. As votações para eleição, salvo a faculdade do art. 34, § 1º, serão sempre por escrutinio secreto e por acções, assim como, tratando-se de reforma dos estatutos, augmento de capital ou liquidação da companhia, todas as votações serão symbolicas, salvo deliberação em contrario da assemblea geral sobre consulta do presidente, ou reclamação por escripto e não dependente de approvação da assemblea, de 10 accionistas, cada qual possuidor de 100 ou mais acções.

CAPITULO VII

DOS DIVIDENDOS E FUNDO DE RESERVA

Art. 47. Os dividendos das acções só poderão ser tirados dos lucros liquidos provindos das operações effectivamente concluidas dentro do respectivo semestre, e depois de deduzir-se a porcentagem de 5 % sobre a mesma renda liquida destinada ao fundo de reserva.

Art. 48. Logo que o fundo de reserva atinja a 250:000\$, cessará a deducção da porcentagem destinada à sua construcção.

Art. 49. Não se fará distribuição do dividendo enquanto o capital social, desfalcado em virtude de perdas, não for integralmente restaurado.

Art. 50. O fundo de reserva será convertido em titulos escolhidos pela directoria, sendo preferidos os da divida publica provincial de Minas Geraes, ou letras hypothecarias garantidas pela mesma provincia.

Art. 51. Si por qualquer eventualidade for desfalcado o fundo de reserva, será de novo reforçado com a mesma porcentagem semestralmente até completar o seu *maximum*.

CAPITULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 52. Consideram-se como elementos constitutivos destes estatutos as disposições da lei da provincia de Minas Geraes n. 3510 de 5 de outubro de 1887, assim como as clausulas do contracto celebrado com a Presidencia da mesma provincia, por Antonio Mendes Barreto em execução da referida lei, e as instrucções regulamentares que foram expedidas por acto da Presidencia.

Art. 53. A directoria organizará o regulamento interno para os serviços respectivos.

Art. 54. Os accionistas aceitam e approvam os presentes estatutos, e usando da faculdade legal baseada no preceito do art. 23, § 3º, do regulamento n. 8821, nomeam para os cargos de directores da companhia, durante os primeiros seis annos, os incorporadores abaixo designados :

Antonio Mendes Barreto, Ernesto Cybrão, Anselmo Fernandes de Almeida, Adolpho Schmitt, Antonio Martins Marinhos.

